MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 76/X-4º/2012-13

(Em Defesa do Desenvolvimento Regional/Arco Ribeirinho Sul)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de mês de 2013 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 18 de abril de 2013, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Portugal vive uma profunda crise económica, financeira e social, e as opções políticas do Governo continuam orientadas para a austeridade pela austeridade, para o desinvestimento económico e para o empobrecimento generalizado de milhões de portugueses.

O Governo aceitando imposições do exterior, prossegue e aprofunda uma política que não sendo de hoje, se vem acentuando de forma dramática desde a assinatura do chamado "Memorando de Entendimento com a Troica", e se traduz em adiamentos, ou mesmo eliminação de projetos viáveis e credíveis do investimento essenciais à criação

de riqueza e de emprego e que vem penalizando fortemente a Região de Setúbal e o Concelho de Almada em particular.

Região e Concelho de Almada que têm sido vítimas de políticas de destruição do tecido produtivo com o encerramento de muitas empresas como por exemplo a Lisnave, a Parry & Son, a Companhia Portuguesa de Pescas, a Sociedade de Reparação de Navios e no presente o definhamento do Arsenal do Alfeite, com a consequente perda de milhares de postos de trabalho e o despedimento de milhares de trabalhadores altamente especializados, ao mesmo tempo que são adiados ou retirados investimentos públicos indispensáveis à dinamização e revitalização económica da Região e do Concelho.

É neste quadro - e da necessidade da sua alteração - que assume particular importância o Projeto "Arco Ribeirinho Sul", que continua sem a devida consideração do Governo no aproveitamento das suas grandes potencialidades. "Arco Ribeirinho Sul", um projeto que perspectiva a possibilidade concreta de criação de mais de 60 mil postos de trabalho, potenciando a requalificação e a devolução aos cidadãos de territórios que são propriedade do Estado anteriormente ocupados por atividades industriais, no caso de Almada os antigos estaleiros da Lisnave na Margueira, os quais reúnem excelentes condições para atrair investidores nacionais e internacionais, que permitem promover um

desenvolvimento económico sólido e consistente, assumindo-se como âncora para o necessário desenvolvimento regional.

As autarquias locais diretamente envolvidas neste projeto - Almada, Seixal e Barreiro - têm demonstrado, pela intervenção dos seus eleitos, um inexcedível empenho e disponibilidade para a promoção das condições que viabilizem a concretização deste projeto estratégico para a Península de Setúbal, para a Área Metropolitana de Lisboa e para o país.

Sobre esta matéria importa reter igualmente as declarações públicas de Jacinto Pereira, presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública Baía do Tejo que gere o projeto "Arco Ribeirinho Sul", que em 5 de Abril passado se referia aos terrenos da Margueira em Almada sublinhando o facto de se encontrar concluído e em vigor o Plano de Urbanização da Margueira, decorrer o processo de extinção do Fundo Margueira Capital e a transição dos territórios para a Baía do Tejo e não existir, neste caso concreto, um grande passivo ambiental a resolver. Nestas palavras lemos, seguramente, estarem efetivamente reunidas as condições para o projeto avançar e concretizarem-se os necessários e imprescindíveis investimentos de requalificação de toda esta área.

Neste contexto de necessários investimentos para o desenvolvimento regional é com enorme preocupação que se considera a posição do Governo em perspectivar a

extinção da NUT III da Península de Setúbal e fazê-la coincidir com a Área Metropolitana de Lisboa.

Sobre esta questão importa sublinhar a resolução adoptada por unanimidade pelo Conselho Regional do PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal em 10 de Abril passado, em Almada, no qual se refere, e cito, *"... perante a exigência de urgentemente se promover a criação de riqueza e de postos de trabalho, que permitam colocar a Região e o País num rumo de desenvolvimento económico e social, as entidades reunidas no Conselho Regional do PEDEPES, afirmando a sua disponibilidade para continuar e aprofundar o trabalho conjunto em torno do Plano, consideram imperativo dar uma especial atenção às questões relacionadas com o próximo período de programação financeira comunitário 2014-2020, o designado Quadro Estratégico Comum - QEC, assim como às consequências da prevista reconfiguração NUT, em que se pretende extinguir a NUT III Península de Setúbal, passando a fazer coincidir a referida NUT III com a Área Metropolitana de Lisboa.*

A reconfiguração das NUT (...) deveria reconhecer as diferenças existentes entre a Península de Setúbal e a restante AML, particularmente no que respeita à homogeneidade territorial e social, assim como na substancial diferença do PIB per

EDITAL

Nº 76

capita que se regista na Península de Setúbal (inferior em cerca de 50% ao da Grande Lisboa e abaixo dos 75% da média comunitária).

Esta é uma situação que os agentes de desenvolvimento regional não podem deixar de se manifestar contra, considerando-a inaceitável e merecedora de um contacto urgente com o Governo, através do Ministério da Economia, no sentido de alertar para as consequências dramáticas de tal opção para o desenvolvimento da Região de Setúbal e para a AML como um todo. [fim de citação]

Importa ter presente as consequências da extinção da NUT III - Península de Setúbal, toda a região ficará com a restrição no acesso a fundos estruturais e de coesão em áreas estratégicas como os incentivos à economia e à criação de emprego, os investimentos na eficiência energética, na regeneração urbana, na mobilidade ou nas infraestruturas regionais, somando dificuldades ainda maiores ao adiamentos e eliminação de investimentos públicos que o governo vem prosseguindo.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 18 e 19 e 22 de Abril de 2013, delibera:

1. Reiterar a dimensão estratégica e por isso fundamental para o desenvolvimento e o progresso local, regional e nacional que o projeto "Arco Ribeirinho Sul" nas suas três

EDITAL

Nº 76

componentes territoriais complementares e integradas, representa para as populações e para a sua qualidade de vida.

2. Reafirmar que o Governo da República é parte diretamente interessada e determinante ao nível da concretização dos investimentos públicos indispensáveis à concretização deste projeto estratégico de desenvolvimento nacional, exigindo em consequência que desbloqueie os processos e procedimentos tendo em vista a sua execução concreta.
3. Apelar ao Governo da República que, com a justiça que é devida, reconheça, ao nível da reconfiguração das NUT que está em curso, que não seja extinta a NUT III Península de Setúbal, e que seja autonomizada relativamente à Grande Lisboa face às diferenças objectivas que se registam entre ambas, garantindo pelo reconhecimento dessas diferenças um acesso em condições de equidade e proporcionalidade a fundos comunitários destinados a projetos estratégicos de desenvolvimento no âmbito do próximo Quadro Estratégico Comum 2014/2020 à Península de Setúbal e às suas populações.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 76

Almada, em 19 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)